

Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças, João Leão

Comissão de Orçamento e Finanças, 7 de julho 2021

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Permitam-me começar com algumas palavras sobre a Presidência Portuguesa do Conselho da UE. Portugal enfrentou a presidência com um grande sentido de responsabilidade, assumindo desde logo que a recuperação económica estaria no topo da agenda do Conselho do ECOFIN.

Começo por destacar a ratificação da Decisão dos Recursos Próprios em tempo recorde (em média demora 2 anos). Os 27 Estados-Membros completaram a ratificação num prazo de 5 meses, e o nosso Parlamento deu o exemplo com uma das primeiras ratificações logo em janeiro.

Esta ratificação bem-sucedida permitiu que a Comissão Europeia fosse aos mercados ainda antes do verão, para financiar a resposta europeia à crise. Com a procura a superar a oferta mais de 7 vezes, a primeira emissão de dívida conjunta foi um verdadeiro sucesso.

Foi também durante a nossa presidência que se aprovaram os primeiros 12 planos de recuperação. Portugal não só foi o primeiro país a entregar o plano, como foi o primeiro país a receber luz verde da UE. Estamos agora na reta final para trazer os planos para a economia real. Para investirmos na nossa economia e no futuro das próximas gerações que enfrentam os desafios da digitalização e das alterações climáticas.

Outro marco importante na nossa presidência foi a decisão de manter as regras orçamentais suspensas em 2022. A suspensão das regras é sinal de que a recuperação europeia se mantém no topo das prioridades.

Senhoras e Senhores Deputados,



Também assistimos a uma coordenação inédita em matéria de fiscalidade internacional.

Após o importante compromisso alcançado a nível do G7, cerca de 130 jurisdições no âmbito das reuniões da OCDE e do G20 manifestaram a sua concordância, no sentido de avançar com uma solução coordenada para os desafios da tributação digital, garantindo regras mais justas e inclusivas.

Significa isto que as multinacionais vão passar a pagar impostos nas jurisdições onde hoje obtêm rendimentos e não pagam impostos. Significa também que, independentemente dos países onde é gerado o rendimento, a tributação efetiva do mesmo é sempre sujeita a uma taxa mínima. Esta solução é essencial para assegurar que as multinacionais suportem a sua parte justa e equitativa entre países, nesta era de globalização e de digitalização.

Senhoras e Senhores Deputados,

Num momento particular como aquele em que vivemos, foi necessário dar uma resposta global a uma pandemia que assolou todos os cantos do mundo. Os governos tiveram de assumir como prioridade a construção de soluções adequadas e equilibradas para um problema que é de todos.

Desde o início da pandemia, o Governo não regateou esforços nos apoios extraordinários às empresas e às famílias. Nos últimos 15 meses os apoios a fundo perdido já atingiram cerca de 7 mil milhões de euros.

Em 2021, até junho, os apoios diretos às empresas ascenderam a mais de 2 100 milhões de euros, um valor superior em 38% ao valor executado durante o ano inteiro de 2020.

Por sua vez, os apoios de natureza extraordinária aos desempregados ou trabalhadores que perderam rendimento já ultrapassaram os 300 milhões de euros este ano. Mais de metade do valor total do ano passado.

Permitam-me destacar alguns indicadores que ilustram a dimensão e eficácia destas medidas.



O programa de financiamento SURE, que financia as principais medidas de apoio às empresas no âmbito do emprego, é um dos melhores exemplos da dimensão destes apoios e o indicador mais objetivo de comparabilidade dos apoios às empresas pelos países da União Europeia.

- Entre os 18 países da União Europeia que recorreram ao SURE, Portugal foi o 4º país com um maior montante executado em % do PIB.
- Portugal pediu um total 5,9 mil milhões de euros ao abrigo deste mecanismo. Destes, 3 mil milhões foram recebidos e utilizados em 2020.
- Já este ano, Portugal reviu em alta o valor pedido para 2,4 mil milhões. Até junho, cerca de 2 mil milhões já foram executados.

A eficácia destes apoios mede-se pelo seu impacto na contenção da escalada do desemprego:

- Apesar da crise, a taxa de desemprego permanece nos 7%, um valor semelhante ao valor pré-pandemia. Na anterior crise, em 2012 a taxa de desemprego superou os 17%.

Senhoras e senhores Deputados,

Nunca é demais sublinhar que estes apoios estão a chegar a quem precisa porque houve nesta Assembleia quem tivesse o sentido de responsabilidade de viabilizar o Orçamento de Estado quando o país e os portugueses mais dele precisavam.

Não escondemos - pelo contrário valorizamos - que várias medidas têm a marca do PCP, do PEV, do PAN e das Senhoras Deputadas não inscritas.

Na agenda dos trabalhos de hoje, está um requerimento do PCP sobre o grau de execução de investimentos e contratações.

Estamos a meio do exercício orçamental, mas quero sublinhar em particular as políticas já concretizadas:

- o No âmbito do regime de layoff o pagamento dos salários a 100%, melhorando o rendimento de muitos trabalhadores e famílias.
- o O prolongamento extraordinário por 6 meses do subsídio de desemprego, a quem dele necessita.



- o A continuação do aumento do salário mínimo, que a direita não queria e não quer.
- o A atualização extraordinária das pensões logo no início deste ano.
- o A criação do apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores.
- o A atribuição do subsídio de risco Covid a milhares de trabalhadores dos serviços essenciais na linha da frente do combate à pandemia.
- o O reforço significativo, em +5.000, do número de assistentes na escola pública.
- o A contratação substancial de mais profissionais de saúde, tendo sido autorizados, só no primeiro semestre, mais 2.474 contratos a termo ou por tempo indeterminado.
- o O aumento do número de vagas para fixação de médicos em zonas carenciadas.
- o O lançamento de novos investimentos no SNS em equipamentos e infraestruturas. Nos cuidados de saúde primários, mais 150 milhões de euros. Nos cuidados hospitalares mais investimento em equipamentos pesados e na construção ou requalificação de unidades.
- o Mais apoios às empresas: com apoios extraordinários superiores a 2,1 mil milhões de euros, a fundo perdido, já executados no primeiro semestre, e, adicionalmente, com a dispensa dos pagamentos por conta em 2021 para as MPME's.

Estas medidas resultam em grande parte de compromissos diferentes partidos. E continuamos comprometidos e empenhados na plena concretização deste Orçamento até ao último dia do ano.

Senhoras e senhores deputados

A estratégia orçamental que seguimos é sólida.

Sólida porque apesar dos tempos tão imprevisíveis em que vivemos não precisámos, como no passado, de recorrer a inúmeros orçamentos rectificativos, nem colocar em causa os compromissos do Estado.



Também pela primeira vez, Portugal enfrenta uma crise sem o Governo ameaçar com austeridade: sem cortes nos salários, nas pensões ou nos apoios sociais, e sem aumentos de impostos.

Isto só é possível porque em 2016 iniciámos um caminho de recuperação dos rendimentos, de valorização do emprego e de melhoria das nossas contas públicas. Um caminho que levou Portugal a atingir o primeiro excedente orçamental da democracia em 2019.

Foi este rigor e este sentido de responsabilidade que nos permitiu encarar a atual crise de forma completamente diferente de crises anteriores.

E este é um capital que não podemos, e não devemos desbaratar.

Estou certo de que muitos portugueses se recordam dos sacrifícios impostos durante os tempos da troika. E estou seguro de que nenhum de nós quererá voltar a esses tempos.

Ao contrário de alguns países, que já anunciaram aumentos de impostos para pagar a fatura da crise, Portugal não voltará à austeridade. Estamos comprometidos com a estabilidade fiscal e com o regresso à trajetória de recuperação dos rendimentos e do emprego.

Senhoras e senhores deputados,

O próximo Orçamento de Estado não será mais fácil ou menos exigente que os anteriores.

A suspensão temporária das regras orçamentais em 2022 permite-nos manter os estímulos de natureza extraordinária à economia. Permite-nos ainda passar gradualmente de medidas de emergência para medidas de apoio ao relançamento da economia.

Temos de manter o foco na recuperação e no investimento, com o apoio do PRR.

No centro das prioridades do país tem de estar uma forte recuperação económica e social, que nos permita enfrentar as principais cicatrizes deixadas pela crise, nomeadamente na economia, na saúde e na educação.

Este caminho não é incompatível com responsabilidade na gestão das finanças públicas, como já provámos no passado recente.



A ameaça de nos desviarmos desta trajetória de equilíbrio e responsabilidade não virá de uma estratégia orçamental coerente, anticíclica, centrada em medidas de recuperação e crescimento, sem perder de vista a sustentabilidade de médio prazo.

A ameaça à estabilidade das finanças públicas, poderá resultar sim de uma perceção errada de que não temos de fazer escolhas e que podemos, sucessivamente, tomar medidas avulso, de forma descoordenada e desenquadrada de uma estratégia orçamental.

Só com uma estratégia orçamental responsável e equilibrada podemos promover de forma sustentada a melhoria das condições de vida dos portugueses, garantindo ao país estabilidade e confiança, sem recorrer a austeridade.

Senhoras e senhores Deputados,

As perspetivas económicas para 2021 e 2022 são positivas.

Em abril, no programa de estabilidade, prevíamos um crescimento de 4% em 2021 e 4,9% em 2022. Estimativas credíveis, em linha com estimativas de diversas instituições.

Apesar da incerteza relativa à evolução da pandemia, tenho confiança que a recuperação poderá ser ainda mais forte.

Com efeito, as projeções de junho do Banco de Portugal apontam nesse sentido: estimam um crescimento de 4,8% e 5,6%.

Antecipamos que Portugal recupere já em 2022 o nível do PIB de 2019.

O Programa de Recuperação e Resiliência será fundamental para isso. As subvenções do PRR, que atingem 7% do PIB, permitem não só assegurar a recuperação, mas sobretudo transformar o nosso país, aumentando o nosso potencial de crescimento, eliminando barreiras ao nosso progresso, garantindo uma economia mais competitiva, empresas mais produtivas, e mais e melhor emprego.

Muito obrigado.